

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 09.568.947/0001-78
Belo Horizonte - MG

Baguari
Energia S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") com cota-parte de 69,38%, e Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") com cota-parte de 30,62%, constituíram a Sociedade de Propósito Específico-SPE Baguari Energia S.A. em 03 de abril de 2008, sociedade anônima de capital fechado, na forma de subsidiária, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar ala A2, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP 30.190 - 131. O controle da Companhia é compartilhado entre Cemig GT e Furnas, conforme acordo de acionistas assinado entre as partes.

A companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, majoritariamente, em especial no Consórcio UHE Baguari, do qual a Companhia detém 49%, constituído para a exploração do Contrato de Concessão da Usina Hidrelétrica Baguari, de nº 001/2006, com prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura.

A Companhia tem a concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da Usina Hidrelétrica Baguari, a qual foi concedida em setembro de 2009, com validade até setembro de 2042.

A Usina Hidrelétrica de Baguari é um empreendimento localizado no Rio Doce, no estado de Minas Gerais, próximo à cidade de Governador Valadares. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce está situada na região Sudeste, compreendendo uma área de drenagem de cerca de 83.400 km², dos quais 86% pertencem ao estado de Minas Gerais e o restante ao estado do Espírito Santo. Limita-se ao sul com a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, a oeste com a Bacia do Rio São Francisco, e, em pequena extensão com a do Rio Grande. Ao Norte, limita-se com a Bacia dos Rios Jequitinhonha e Mucuri e a noroeste com a Bacia do Rio São Mateus.

O aproveitamento é de 140 MW de potência instalada distribuídos em quatro grupos hidrogeneradores, utilizando turbinas tipo Bulbo com potência unitária nominal de 35,9 MW, e energia assegurada de 80,2 MW-médios. (Não auditados)

Em 05 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da Barragem de Fundão e galgamento da barragem Santarém, da empresa Samarco Mineração S/A, o que culminou em uma onda de lama que atingiu a bacia do Rio Gualaxo do Norte, afluente do Rio Carmo. O rio Carmo é um dos principais afluentes do Rio Doce pela sua margem esquerda entre Ponte Nova e o Parque Estadual do Rio Doce. Após atingir o Rio Doce, esta onda que continha rejeitos de minério de ferro, entre outros materiais, foi se deslocando na calha do Rio e que resultou na suspensão da operação da UHE Baguari no dia 08 de novembro de 2015, sendo que a usina retornou sua operação normal em 23 de março de 2016, e não há, até a presente data, indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos poderão perder capacidade de geração de benefício econômico futuro.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras.

Em 18 de outubro de 2016, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2.2. Bases de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 10 - Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Nota 6 - Depreciação;
- Nota 7 - Amortização;
- Nota 9 - Provisões;
- Nota 11 - Concessões a Pagar;
- Nota 14 - Suprimento não faturado.

2.5. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 com possíveis impactos para a Companhia.

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010-2012 e Ciclo de IFRSs 2011-2013.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Baguari Energia.

2.6. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- Alterações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgação - oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 - incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:

As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição para titulares" (ou vice-versa);

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.

- IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes - em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram consideradas nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

Receíveis - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem Caixa e Equivalentes de Caixa e Revendedores.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, classificados como recebíveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Investimentos mantidos até o vencimento - Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que o Companhia possui a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros não derivativos - Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, concessão a pagar, encargos regulatórios e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo.

b) Revendedores

As contas a receber de revendedores são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

c) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos os custos de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, caso específico da Companhia, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

d) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes ao contrato de concessão.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis.

São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

e) Redução ao valor recuperável

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não-financeiros - Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor

contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não-financeiros.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

h) Receita

As receitas de suprimento de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas bancárias.

j) Lucro por lote de mil ações

O resultado por lote de mil ações básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas, com base na média ponderada das ações ordinárias preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

k) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre as obrigações oriundas de seu contrato de concessão onerosa. Foi utilizada taxa de desconto compatível com o custo de captação de recursos da acionista Cemig Geração e Transmissão S.A. em operações com o mesmo prazo na data das operações, o que representa, na estimativa da Administração, um percentual de 12,50% a.a., incluindo a inflação prevista.

2.8. Reclassificação de Saldos Contábeis

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, alguns saldos contábeis referentes às Demonstrações Financeiras de 2014, originalmente emitidas em 24 de abril de 2015, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados.

Demonstração de Resultado - 31/12/2014

| | Nota | Publicado | Reclassificações | Reclassificado |
|---|------|-----------|------------------|----------------|
| Receita | 14 | 55.511 | (1.146) | 54.365 |
| Custos (Taxa de Fiscalização Serviço Energia/ Compensação Financeira de Utilização de Recursos Hídricos - CFURH)... | 15 | (44.926) | 1.146 | (43.780) |

Composição da Receita - 31/12/2014

| | Nota | Publicado | Reclassificações | Reclassificado |
|--|------|-----------|------------------|----------------|
| Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas | 14 | (2.679) | (1.146) | (3.825) |

2.9. Representação das Demonstrações Financeiras

a) Mudança na contabilização da proposta de dividendos intermediários com lucros acumulados de 2015

Em dezembro de 2015, a administração encaminhou proposta à assembleia para pagamento de dividendos intermediários com lucros acumulados do exercício de 2015.

A transação foi originalmente contabilizada no passivo circulante quando da publicação destas demonstrações financeiras em 27 de abril de 2016. Considerando que a proposta da Administração era subordinada à aprovação de Assembleia de Acionistas, a Companhia está revertendo os valores registrados no passivo como dividendos intermediários. Adicionalmente, em decorrência da anulação pela administração da proposta de pagamento de dividendos intermediários após a publicação destas demonstrações financeiras, não foram reconhecidos quaisquer efeitos no patrimônio líquido desta proposta de dividendos intermediários.

b) Efeitos da reapresentação das demonstrações financeiras

Desta forma, subsequente a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia verificou que havia registrado passivo referente a dividendos ainda não declarados no montante de R\$4.681 e está procedendo a correção de erro seguindo o IAS-8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de erro.

Os efeitos foram ajustados em cada rubrica das demonstrações financeiras impactadas conforme demonstrado a seguir:

| Balanco Patrimonial Circulante | Nota | 2015 | |
|--|------|---------|---------------|
| | | 2015 | Reapresentado |
| Dividendos a Pagar | | 8.341 | (4.681) |
| Total do Circulante | | 15.919 | (4.681) |
| Patrimônio Líquido | 13 | | |
| Reserva de Lucros | | 8.254 | 4.681 |
| Total do Patrimônio Líquido | | 269.827 | 4.681 |
| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | | 2015 | 2015 |
| Reservas de Lucros | | | |
| Dividendos Adicionais Propostos | | 6.298 | 4.681 |
| Total das Reservas de Lucros | | 8.254 | 4.681 |
| Lucros Acumulados | | | |
| Dividendos Intermediários | | (8.341) | 8.341 |
| Dividendos Obrigatórios | | (3.660) | (3.660) |
| Saldo do Patrimônio Líquido | | 269.827 | 4.681 |

c) Nova proposta da administração para a distribuição dos resultados

Como resultado dos impactos da reapresentação, a administração alterou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2015 conforme mais detalhes na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.